

Against the Smart City

Anna Berardi

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, linha de pesquisa Tecnologias da Comunicação e Estéticas.

GREENFIELD, Adam. *Against the Smart City*. Panfleto do livro *The city is here for you to use*, Book 1. Do projects. Kindle. Edição 1.2, 13 de outubro de 2013. ISBN 978-0-9824383-1-2.

Submetido em: 10/08/2017

Aceito em: 10/10/2017

RESENHA

RESUMO

Hoje em dia, as possibilidades oferecidas pelos novos dispositivos tecnológicos e informáticos que permeiam nossas existências urbanas são infinitas, mas o nosso conhecimento sobre as formas como esses sistemas e seu uso irão alterar nosso mundo é limitado. Em *Against the smart city*, Adam Greenfield nos oferece uma leitura crítica de um novo paradigma de organização urbana, o das cidades inteligentes, procurando trazer ao debate a narrativa de grandes corporações multinacionais e seus patrocinadores-clientes governamentais, incapazes de se tornarem porta-vozes de dinâmicas socioculturais e tecnológicas que, em boas mãos, poderiam levar ao renascimento da vida na cidade.

Cidades; Cidades; cidades inteligentes; centros urbanos; Adam Greenfield

ABSTRACT

Nowadays, the possibilities offered by the new technological and computational devices that permeate our urban existences are endless, but our knowledge on the ways in which these systems and their use may change our world is limited. In *Against the Smart City*, Adam Greenfield offers a critical reading of a new paradigm of urban organization, that of smart cities, seeking to bring to the discussion the narrative of large multinational corporations and their government-sponsored clients, unable to become spokesmen of socio-cultural and technological dynamics that, in good hands, could lead to the revival of life in the city.

KEYWORDS: smart cities; urban centers; Adam Greenfield

De todos os discursos possíveis sobre o uso da tecnologia em nossas cidades, o da cidade inteligente é, atualmente, um dos mais complexos:

Out of all the potentials our moment might give rise to, and all the modes in which we might choose to use networked information technology in our cities, the narrative of the smart city as it is currently being articulated and advanced to us represents some of the least interesting and the most problematic. (Greenfield, 2013).¹

Adam Greenfield, escritor, urbanista, e fundador de Urbanscale², no seu panfleto *Against de smart city*³ nos oferece uma análise crítica da *smart city* e da narrativa que a acompanha. Em particular, a polêmica é dirigida à concepção tecnoutópica que a ideia de cidade inteligente traz consigo e a celebração do paradigma “inteligente” como insígnia propagandística e estratégia discursiva promulgada pelas grandes corporações multinacionais e seus patrocinadores-clientes governamentais. Greenfield é profundamente crítico em relação ao envolvimento de grandes empresas em projetos de *smart city*, como Cisco, IBM, Siemens e outras. Essas corporações parecem incapazes de se tornarem porta-vozes de dinâmicas socioculturais e tecnológicas que poderiam levar ao renascimento da vida na cidade. Como mostra Greenfield, a retórica, a visão e a realidade desses esquemas corporativos dependem de uma amnésia alarmante e desrespeito tanto pela história quanto pelo conhecimento real sobre como as cidades realmente funcionam. Explorando exatamente o que está sendo estabelecido neste enquadramento das coisas, o autor destaca aspectos específicos do paradigma da cidade inteligente que estão causando preocupação, esclarece por que isso afeta o que sabemos sobre como as cidades dão origem a significados e valores e, finalmente, aponta para algumas oportunidades mais prolíficas.

O panfleto é dividido em 14 capítulos, em cada um Greenfield rejeita algumas das pistas do próprio conceito da cidade inteligente, examinando aquelas que, em sua opinião, são as limitações e as contradições inerentes à forma de retratar o fenômeno.

1 “De todos os potenciais a que o nosso momento pode dar origem, e todos os modos nos quais podemos optar por usar a tecnologia da informação em rede em nossas cidades, a narrativa da cidade inteligente como atualmente está sendo articulada e avançada representa uma das menos interessantes e mais problemáticas” (minha tradução).

2 Disponível: em <http://urbanscale.org>

3 *Against de smart city* constitui a primeira parte do livro de Greenfield, *The city is here to you to use*, que explora a interseção das novas tecnologias de informação com o espaço urbano.

Em primeiro lugar, Greenfield critica a ideia de “any-space-whatever cities”⁴, que domina os projetos de cidades inteligentes, sendo estas cidades construídas a partir do zero em lugares desertos ou desabitados como um truque para escapar da dificuldade de lidar com os problemas dos centros urbanos já existentes, trazendo o exemplo de projetos de *smart city*, como os de Songdo, na Coreia do Sul, Masdar, nos Emirados Árabes Unidos, e PlanIT Valley, em Portugal. Caracteristicamente, esses projetos usam o ambiente como uma abstração, como “*pure background*”, a partir da lógica imperativa de “construir uma vez, implementar várias vezes”, posicionando o artefato tecnológico como autônomo e independente, e o ambiente como mero fundamento no qual uma ação significativa se desenvolve. Na verdade, Greenfield argumenta que os sistemas técnicos sempre carregam significado, sendo localizados em um contexto local e humano específico. Qualquer tentativa de transplantar uma tecnologia como tal, portanto, está destinada a “falhar” na melhor das hipóteses. É um desperdício de tempo, esforço, energia e recursos, sendo contraproducente para todas as partes, excetuando-se aquela que a vende. Portanto, uma cidade também pode ter qualidades “inteligentes” mas é algo que existe em modos de vida individuais, culturas e adaptações pragmáticas que evoluíram em um determinado local.

A investigação de Greenfield prossegue com a retórica contraproducente sobre o futuro: lugares como Masdar e Songdo, Greenfield escreve, vivem perpetuamente em um “futuro próximo”: um tempo que está tão próximo de ser inevitável, mas nunca realmente presente. A cidade inteligente é algo que pode e será sempre redefinido quando os seus entusiastas acharem necessário e, portanto, permanecerá para sempre além do nosso alcance.

Outra questão que Greenfield considera diz respeito à concepção dos componentes de informação tecnológica como dispositivos genéricos. De acordo com Greenfield, nenhuma das intervenções tecnológicas que encontramos nessas cidades inteligentes é autônoma, ao contrário das afirmações dos adeptos das cidades inteligentes. Na realidade, elas dependem dos desempenhos específicos dos sistemas técnicos envolvidos, e também das formas como essas qualidades se associam ou não com práticas, atividades, leis e hábitos locais. Todos esses elementos funcionam em conjunto para produzir significado. E isso torna a consideração isolada sobre as tecnologias individuais no mínimo

4 Greenfield toma emprestado o conceito “any-space-whatever” de Deleuze, apresentado no seu livro *Cinema 1: A Imagem-movimento* (1986), para criticar aqueles projetos *smart city* construídos *ex-novo*. Nas palavras de Greenfield: “O espaço qualquer [“any-space-whatever”] não é infletido, marcado pela história. Não há nenhuma tendência ou direcionamento existente associados a ele. [...] Como Deleuze o define, o espaço qualquer nunca é importante por qualquer qualidade própria, mas apenas pelas conexões que facilita ou traz. No caso particular da cidade inteligente, os vínculos importantes não são físicos, mas aqueles feitos entre ideias, sistemas técnicos e práticas. A ausência de fricção do espaço qualquer o torna o cenário ideal para experimentos no gerenciamento otimizado do comportamento cívico, na formulação de governança-como-serviço e, em última instância, no desenvolvimento de modelos de negócios para a cidade totalmente privatizada.” (Greenfield, 2013, minha tradução).

problemática. Por estas razões, segundo o autor, a cidade inteligente assim como concebida pelas corporações, tem que ser realizada em “*any-space-whatever*”. Quando são propostos modelos de cidade inteligente com implementação de tecnologias em paisagens genéricas num futuro genérico podem ser ignoradas as dificuldades que surgem cada vez que as tecnologias reais são implantadas em espaços existentes.

A *smart city* é pretensiosa quanto à objetividade, unidade e conhecimento perfeito que, de acordo com Greenfield, nunca pode ser alcançado. O que encontramos nessa narrativa é um certo positivismo que implica, entre outras coisas, que o mundo é, em princípio, perfeitamente cognoscível, seu conteúdo enumerável e suas relações capazes de serem significativamente codificadas no estado de um sistema técnico, sem distorção ou desvio. Portanto, segundo esta lógica, na cidade existe apenas uma solução universal para cada necessidade humana, seja individual ou coletiva, que pode ser algorítmica e codificada em políticas públicas sem distorção.

Greenfield ressalta a fragilidade da visão das corporações de uma *smart city* que se apresenta extremamente especializada, numa estrutura extremamente rígida, ao invés de fornecer aos usuários estruturas flexíveis para permitir que eles se adaptem à medida que suas necessidades mudam. De acordo com Greenfield, as cidades funcionam melhor quando sustentam uma mistura viva de usos. O excesso de especialização da *smart city* leva a uma concepção curiosamente estática do futuro: a cidade cuja infraestrutura de serviço está bloqueada em tecnologias de um determinado momento e não pode se adaptar facilmente quando novas oportunidades de transporte, logística ou comunicação surgem, e quando há uma mudança na forma como a comunidade opta por se organizar. Em ambos os casos, não há flexibilidade suficiente no sistema para permitir que ele responda às circunstâncias em evolução, deixando uma cidade mal preparada para as mudanças, que são inevitáveis.

Greenfield critica a visão das grandes corporações segundo a qual a essência da cidade inteligente está localizada na “integração perfeita de serviços públicos e privados prestados numa infraestrutura de rede comum”. Podemos perguntar o que está implícito nesta expressão “Integração perfeita” e que objetivo é servido pela sua inclusão. Tal expressão significa que o usuário não perceberia nenhuma interrupção no fluxo de uma experiência tecnicamente mediada, embora esta experiência possa ser produzida pela interação de sistemas heterogêneos. Esta expressão implica que as dificuldades da vida diária foram mitigadas pela intervenção de tecnologias de cuja complexidade, por sua vez, o cidadão foi cuidadosamente e deliberadamente excluído. Assim, de acordo com Greenfield, trata-se de uma noção

extremamente passiva da subjetividade urbana e também da cidadania, inscrita na visão de cidade inteligente oferecida, pedindo às nossas vidas apenas o que lhe parece conveniente.

A *smart city* baseia-se em um modelo de otimização inapropriado. De acordo com Greenfield, a ênfase na “otimização” no caso do paradigma *smart city* é um exemplo claro de contaminação semântica, onde uma ideia endêmica da cultura da governança corporativa foi efetivamente copiada e colada. A noção de que as cidades são máquinas com fluxos de trabalho que podem ser otimizados parece estar errada. De fato, o conceito tem pouco a ver com a cidade e a comunidade que vive nela. Mesmo assim, Greenfield reforça que instituições responsáveis por conceber a cidade inteligente acreditam que a otimização é a única métrica através da qual os processos urbanos devem ser julgados “mas otimização para que finalidade e, acima de tudo, para o benefício de quem? Se a noção de otimização faz pouco sentido fora de um sistema otimizado para as necessidades de uma certa parte, que parte seria essa?

A cidade inteligente é claramente destinada a apoiar-se num conjunto de tecnologias que só podem ser adquiridas e distribuídas pelos atores dos governos municipais. Os cidadãos em geral estão ausentes dessas visões, exceto como geradores de dados e talvez como consumidores indiferenciados do “mais recente estilo de vida urbano”. Este quadro lança mais luz sobre os beneficiários desses investimentos maciços. O objetivo de toda essa instrumentação, coleta e análise de dados é fornecer aos administradores municipais um conjunto de tecnologias que possam usar para modular o comportamento da cidade e seus cidadãos. Isso implica uma concepção da população urbana como uma massa indiferenciada e refratária; não só a cidade inteligente intercepta as prerrogativas das administrações antecipadamente, mas determina a exclusão de qualquer outra prerrogativa.

A linguagem das corporações sugere que a cidade inteligente é um lugar onde as plataformas tecnológicas através das quais a vida cotidiana é construída são “possuídas e monetizadas” e a informação é reservada unicamente para o uso daqueles que estão dispostos, e são capazes de pagá-las. A lógica aqui não pode ser mais clara: as corporações querem se relacionar com instituições que são guiadas por prerrogativas de mercado. A cidade inteligente se encaixa no interior de produções retóricas de atores já profundamente dedicadas à concepção neoliberal da cidade. Os valores, crenças e prioridades que contém são incorporados na organização e promoção de lugares como Songdo, PlanIT Valley e Masdar City, produzindo uma visão aparentemente coerente de como e para quem as cidades deveriam ser projetadas — e não apenas essas cidades, mas todas as cidades. Estas são também visões da vida urbana reduzidas e simplistas; planos elaborados para lugares como Songdo, Masdar e PlanIT Valley replicam

apenas as coisas das cidades existentes que seus criadores querem ver, mostrando a cegueira mais marcante a respeito da cidade e dos processos que a mantêm em funcionamento.

De acordo com Greenfield, conscientemente ou não, na maioria dos discursos associados ao paradigma de cidade inteligente, reaparecem os erros associados ao urbanismo modernista do século XX, pelo menos no que se refere às cidades *ex-novo*. As descrições da cidade “*as a machine for living in*” (como uma máquina para morar) que nós ouvimos das grandes corporações como IBM, Cisco, e Siemens, entre outras, relembram notavelmente Le Corbusier, embora apareçam num registro linguístico mais contemporâneo; como apontado por Greenfield, tanto a retórica quanto os planos da cidade inteligente mostram basicamente a mesma hostilidade em relação às cidades existentes.

No último capítulo dessa edição, Greenfield nos deixa com algumas perguntas para refletir, cujas respostas não podemos encontrar nos discursos produzidos pelos promotores da *smart city*, mas que talvez representem o verdadeiro desafio desse novo paradigma urbano: como podemos alavancar o potencial de ferramentas de coleta de dados, análise e visualização para melhorar a noção da comunidade dos desafios, riscos e oportunidades que enfrenta, e apoiá-la no objetivo de um autogoverno? Como podemos usar as tecnologias em rede para promover oportunidades, notadamente ausentes do paradigma da cidade inteligente, especialmente aquelas que têm a ver com a solidariedade, a reciprocidade e a ação coletiva? Como podemos inscrever um conceito robusto do direito à cidade em todas as intervenções tecnológicas propostas, incluindo, entre outras, as que visam aumentar a mobilidade pessoal, o envolvimento dos cidadãos e os processos de autodeterminação (individual e coletiva)?

Em *Against de smart city*, Greenfield nos mostra como a narrativa dos atores dominantes define agendas, influencia a percepção do que significa ser “avançado” e define também nossos pensamentos sobre como as cidades deveriam ser e evoluir. A cidade inteligente parece ser um discurso retórico sobre a instrumentação tecnológica do tecido urbano e a quantificação dos processos municipais dentro de um espaço potencial muito maior.

De fato, a forma na qual a cidade inteligente vem sendo proclamada pelas corporações representa apenas uma das diferentes formas possíveis. Dado esse contexto, não só a definição existente da cidade inteligente é muito reducionista, mas também promove uma visão indesejável de uma cidade futura controlada e vigiada por aqueles que estão no poder. No entanto, podemos imaginar e apoiar uma visão alternativa da cidade inteligente que responda às necessidades, exigências e desejos de

todos os seus cidadãos, e que entenda e trabalhe com os diferentes modos de existir no espaço urbano, que são complexos, interconectados, imperfeitos e, sobretudo, humanos.

Como sublinhado pelo autor, é preciso encontrar estruturas tecnológicas que apoiem um processo de auto-organização por parte dos cidadãos em vez de miná-lo. O mesmo complexo de tecnologias que enfatiza uma administração computacional centralizada pode ser usado de maneira profundamente diferente e direcionado para fins muito mais nobres. Pois, se precisamos conviver com uma coleta de dados onipresente e outras técnicas de supervisão computacional, é necessário que estas sejam disponibilizadas ao cidadão de forma aberta e compartilhada.

Assim, em vez de nos dedicarmos a melhorar a inteligência das cidades, talvez devêssemos inverter a premissa e nos perguntar como a intervenção tecnológica poderia apoiar o surgimento de inteligências, de sujeitos e subjetividade nas cidades.

Referencias bibliográficas:

DELEUZE, Gilles (1986). *Cinema 1: The Movement-Image*. Athlone Press: London.

GREENFIELD, Adam (2013). *Against the smart city. (The city is here for you to use. Book 1)*, Do projects. Kindle. Edição 1.2, 13 de outubro de 2013.